

NO CENTENÁRIO DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

RESUMO

As raízes culturais primeiras da Faculdade de Letras do Porto ligam-se à revista *A Águia* e ao movimento *Renascença Portuguesa*, exemplos de como o republicanismo portuense, vindo do 31 de janeiro de 1891, e antes do constitucionalismo liberal, tiveram uma influência decisiva e multifacetada na evolução do século XX português. Lembremos que no dealbar do movimento, Teixeira de Pascoaes e Raul Proença apresentaram dois projetos de manifesto para o movimento, que, sendo bastante diferentes, mais poético o primeiro, mais ideológico o segundo, representam aos olhos de hoje uma imagem complementar significativa do que foi originalmente o projeto do fecundo republicanismo da “Renascença”. Ambos apontam para um republicanismo mobilizador dos cidadãos e consciente das raízes e das responsabilidades históricas. Apesar do fecho da Faculdade em 1928, os seus mestres e alunos tiveram grande influência nos mais diversos quadrantes da vida cultural em diferentes campos da vida intelectual.

ABSTRACT

There is a cultural link between the first origins of the Faculdade de Letras of Porto, the cultural magazine *A Águia* (1910) and the movement *Renascença Portuguesa*, examples of the republicanism of Porto and of how the liberal constitutionalism (since 1820) and the 31st January 1891 revolution have a decisive and complex influence in all the Portuguese 20th century. We must remember the two different perspectives of Teixeira de Pascoaes and Raul Proença – more poetic the first, more ideological the second, representing today a complementary image of the republicanism of “Renascença”. Both visions represent the necessity of mobilization of citizens, with conscience of origins and historical responsibilities. Closed in 1928, the Faculty had a very important role afterwards, by the influence of teachers and students, with significant influence in different fields of cultural life.

São conhecidas as circunstâncias que rodearam a criação da Faculdade de Letras do Porto em consequência do conflito entre o Ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra, com a Universidade de Coimbra, que teve como desfecho a instituição da nova Faculdade na Universidade do Porto. Com efeito, a Lei nº 861, de 27 de agosto de 1919, no seu artigo 11.º, estabeleceu a nova instituição no Porto, que começou a funcionar no ano letivo de 1919-1920. A Escola contaria com professores como Augusto Ferreira Nobre, Damião Peres, Newton de Macedo, Francisco Torrinha, Magalhães Basto ou Mendes Correia, e estudantes como Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Delfim Santos e Sant'Anna Dionísio, entre outros, deixando, assim, um muito importante legado de criatividade intelectual e académica. Pedro Baptista em *O Milagre da Quinta Amarela – História da Primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931)* (Porto, 2013), livro editado no âmbito das Comemorações do Centenário da Universidade, dá-nos conta com especial rigor e entusiasmo da vida inicial da instituição, demonstrando com muita clareza a sua importância na história da cultura portuguesa. Contudo, ameaçada de extinção logo em 1923 por motivos formalmente financeiros, a Faculdade viria a ter uma vida curta, acabando por ser suprimida pelo Decreto nº 15.365, de 12 de abril de 1928, assinado pelo ministro Alfredo Magalhães. No entanto, os alunos matriculados obtiveram autorização para terminar as suas licenciaturas e as aulas funcionaram até 31 de julho de 1931.

A instituição na Rua Oliveira Monteiro, na mítica Quinta Amarela, teve uma importância muito superior a quaisquer vicissitudes políticas circunstanciais. Pode dizer-se que há uma indelével ligação da velha Faculdade às raízes portuenses da cultura portuguesa do século XX. A sua extinção deixou um indiscutível vazio, iniciando-se muito cedo por parte de diversas personalidades relevantes a luta pela sua restauração. Essa determinação cívica culminaria apenas no 50º aniversário da Universidade do Porto, em 1961, ano em que foi restaurada a Faculdade de Letras, que iniciou o seu funcionamento em outubro de 1962.

As raízes primeiras da Faculdade ligam-se à *Renascença Portuguesa*, exemplo de como o republicanismo portuense, vindo do 31 de janeiro, teve uma influência decisiva e multifacetada na evolução do século XX português. Lembremos que no dealbar do movimento, Teixeira de Pascoaes e Raul Proença apresentaram dois projetos de manifesto para o movimento, que, sendo bastante diferentes, representam aos olhos de hoje uma imagem significativa do que foi originalmente o projeto do fecundo republicanismo da “Renascença”. “O fim da “Renascença Lusitana” – escrevia Pascoaes – é combater as influências contrárias ao nosso carácter étnico, inimigas da nossa autonomia espiritual, e provocar, por todos os meios de que se serve a inteligência humana, o aparecimento de novas forças morais orientadoras e

educadoras do povo que sejam essencialmente lusitanas”. Proença, por seu lado, falava “em pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar-se pelo que interessa aos homens lá de fora, dar-lhe o espírito atual, a cultura atual, sem perder nunca de vista, já se sabe, o ponto de vista nacional e as condições, os recursos e os fins nacionais”. Como salientou José Augusto Seabra: “o ideal patriótico é idêntico, apenas os meios de o atingir divergem, embora sejam afinal complementares, como Pascoaes, aliás, n’A Águia, intentará mostrar”. Ambos se demarcam do positivismo ou de lógicas partidárias redutoras, estando em causa o que Jaime Cortesão propunha: “dar conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana”. Como dirá Pascoaes, havia que “criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo, onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral, em que os corpos definharam e as almas amorteeceram”.

As palavras Renascença e Regeneração são usadas no Portugal moderno de influência liberal, por menos desde 1820. “Renascer é regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma nova vida” (na expressão ainda de Pascoaes). Vêm à memória os sinais renovadores provindos do Porto – 1820, o cerco, o impulso de D. Pedro após o desembarque dos bravos do Pampelido / Mindelo (onde estiveram Garrett, Herculano e o pai de Antero de Quental...), a influência portuense do Setembrismo (em que pontificaram os irmãos Passos, Manuel e José), a guerra civil, a Maria da Fonte e a Patuleia, a Regeneração de 1851, o movimento da *Vida Nova* (1885), o magistério de Rodrigues de Freitas, a presidência de Antero de Quental na Liga Patriótica do Norte, o 31 de janeiro de 1891, o manifesto dos emigrados políticos encimado por Alves da Veiga, o *Porto Culto* de Sampaio Bruno... Nos antecedentes próximos do 5 de outubro de 1910 temos, assim, fatores políticos (o *Ultimatum* inglês, a revolta do Porto, os adiantamentos à Casa Real, a ditadura de João Franco), económicos (a perda de confiança nas instituições, a bancarrota parcial, as imposições dos credores externos e a humilhação britânica), financeiros públicos (o peso da dívida pública, a falência da Argentina e da casa Baring e a quebra de pagamentos portugueses em 1891 e 1892, a falta de receitas fiscais permanentes e estáveis), constitucionais (o esgotamento do rotativismo regenerador, a degradação do sistema partidário), educativos (a taxa de analfabetismo próxima dos 80%, a insuficiente cobertura escolar, o mal estar universitário, designadamente em 1907), culturais (o ambiente urbano favorável ao republicanismo, a influência crítica de Guerra Junqueiro), e sociais em sentido amplo (tensões cidade/campo, falta de industrialização, ausência de política social).

Imediatamente após a implantação da República, a revista *A Águia*, cuja 1ª série, dirigida por Álvaro Pinto, se inicia em 1 de dezembro de 1910, e o

novo movimento da *Renascença Portuguesa* (1912) procuram um pluralismo eclético e aberto, desde o apego de Pascoaes à saudade, “no sentido profundo, verdadeiro, essencial, isto é, o sentimento ideia, a emoção refletida, onde tudo o que existe, corpo e alma, dor e alegria, amor e desejo, terra e céu, atinge a sua unidade divina”. Mas a “Renascença” tem um âmbito largo, lá estão inicialmente Guerra Junqueiro, Antero de Figueiredo, António Carneiro, Leonardo Coimbra, mas também Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, António Sérgio, Raul Proença, João de Barros, Mário Beirão, Câmara Reis e Afonso Duarte, além de Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro. Tudo a partir da iniciativa e do impulso de Álvaro Pinto e Jaime Cortesão, tendo o segundo chamado a Pinto “coluna vertebral do movimento”.

Compreende-se, afinal, pela diversidade de intervenientes, que a *Renascença Portuguesa* tenha sofrido, tal como a sua filha diletta, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, diversos sobressaltos – no entanto, olhando o impulso original, depressa descobrimos como representa a origem do que de mais significativo encontramos na cultura portuguesa do século XX – de Pascoaes a Leonardo, de Cortesão a Pessoa, de Proença a Sérgio, do simbolismo ao modernismo, do lirismo ao racionalismo. Afinal, como dizia Raul Proença, havia necessidade de “homens de inteligência e de direção espiritual”, para dar dimensão à nova República. E Cortesão frisava: “a Renascença Portuguesa não era incompatível com as aspirações modernas”. Leonardo Coimbra dizia ser fundamental “dar uma finalidade à vida nacional”, lembrando Cortesão que o berço da Renascença é o Porto: “foi, na verdade, pelas suas origens, carácter e tendências, um movimento portuense”. Leiam-se os textos de *A Águia*, em 1910 ou em 1912, e note-se a prevalência da elevação das ideias, o respeito mútuo e a serenidade da razão e do sentimento (como, por exemplo, no número 2, na invocação de Tolstói), contra a cegueira setária.

Estamos, de facto, perante uma fecunda convergência, desde uma perspectiva espiritualista, representada por Pascoaes e também por Leonardo, até à razão cosmopolita de António Sérgio e Raul Proença, sem esquecer o modernismo de Pessoa, Sá-Carneiro e Almada Negreiros ou pelo humanismo universalista – capaz de tentar explicar a complexidade de quem somos. Nota-se a herança de Herculano e Garrett, a vontade nacional e a tradição romântica, mas também o sentido renovador e revolucionário de Antero, Eça, Oliveira Martins e Junqueiro e da Geração de Setenta, além do positivismo, do pensamento libertário e do socialismo cooperativo. E não pode ainda esquecer-se Cesário Verde e Camilo Pessanha, que, com Antero de Quental, constituem o referencial português do poeta da *Mensagem*.

A história inicial da Faculdade de Letras da Universidade do Porto coincide com as hesitações e incertezas das três primeiras décadas do século XX.

No entanto, se inserirmos essa experiência no lançamento fecundo das bases da cultura democrática que emergirá, com a Revolução dos Cravos, no que Samuel Huntington designou como o início da Terceira Vaga das Democracias, compreenderemos que nos encontramos diante do alfofre de um pensamento aberto, pluralista, cosmopolita e compromissório. E é a tradição liberal e independente do Porto que está em causa, na nossa única cidade-estado, com uma tradição que vem da capital medieval de onde houve nome Portugal, base do reino e da nova legitimidade de 1383-85, berço de Henrique, o Navegador, urbe de gente laboriosa e mercantil e modernamente lugar-gênese do constitucionalismo em 1820, sede da *Vida Nova* e da Liga Patriótica do Norte, referência da liberdade onde teve lugar o 31 de janeiro... Assim se lançaram as bases do constitucionalismo democrático, assente na liberdade e nos direitos e deveres fundamentais, com base num pensamento crítico e inovador, que Jaime Cortesão designou como “humanismo universalista” e que Eduardo Lourenço apelidou de “maravilhosa imperfeição”.

